

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.330 - RS (2019/0302489-5)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RICARDO MARQUES BORBA - RS017316
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : LAURO DOS SANTOS SCOTTI (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de LAURO DOS SANTOS SCOTTI contra acórdão, da 5ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que deu provimento ao Agravo em Execução n. 0222476-77.2019.6.21.7000, interposto pelo Ministério Público Estadual, assim ementado:

"AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL FURTOS. UNIFICAÇÃO DAS PENAS. INSURGÊNCIA MINISTERIAL. CONTINUIDADE DELITIVA INOCORRENTE. HABITUALIDADE CRIMINOSA VERIFICADA. DECISÃO REFORMADA.

1. Para o reconhecimento da continuidade delitiva, os crimes devem ser da mesma espécie, cometidos em condições similares de tempo, local e forma, com unidade de desígnios.

2. Na espécie, embora possam se tratar de delitos da mesma espécie, que ocorreram em curto interregno e foram perpetrados de forma semelhante, está caracterizada a habitualidade criminosa a afastar o reconhecimento da continuidade delitiva, tanto que o apenado registra sete condenações em execução, 06 por furtos, e outras quatro por delitos patrimoniais, cuja pena foi extinta pelo cumprimento.

3. Revogada, assim, a decisão que reconheceu a continuidade delitiva e unificou as penas impostas nos processos 21200009895 e 21200010567 e nos processos 21200006462 e 21300003198.

AGRAVO PROVIDO." (fl. 73)

No presente writ, a Defensoria Pública busca o reconhecimento da

Superior Tribunal de Justiça

conduta delitiva. Para tanto, assevera:

"No caso específico, tratam-se de delitos da mesma espécie, praticados com modo de execução semelhante, em período de tempo muito próximo, restando atendidos os padrões legais e jurisprudenciais para se reconhecer a continuidade delitiva." (fl. 5)

Dessa forma, requer, em liminar e no mérito, a unificação das penas, conforme o artigo 71 do Código Penal.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida. Porém, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Devidamente instruídos os autos, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator